

Declaração da sociedade civil: Sobre o internet.org/Free Basics na América Latina

Por ocasião da reunião regional do Fórum de Governança da Internet (LAC-IGF) - em preparação para o Fórum de Governança da Internet internacional (IGF 2015), a ser realizado em breve no Brasil - um grupo de organizações da sociedade civil apresenta sua preocupação aos governos da América Latina e aos prestadores de serviços de internet em relação à adoção do projeto Internet.org por meio de sua plataforma Free Basics em vários de nossos países.

O Free Basics é um serviço do Facebook que, em associação com alguns provedores de internet, telefonia móvel e, em alguns casos, com o apoio governamental, tem o objetivo de facilitar o acesso ao Facebook e a uma série de outros serviços através de smartphones. O serviço foi anunciado em países como Brasil e Peru e está em andamento no Panamá e na Colômbia.

Se por um lado reconhecemos que o setor privado está focado na busca de soluções para o acesso à internet para milhões de cidadãos em nosso continente, consideramos importante destacar que o Internet.org não fornece qualquer acesso gratuito à internet; em vez disso, dá acesso limitado ao Facebook e a alguns outros serviços de acesso.

Isto significa que:

1) O Internet.org não soluciona os problemas de acesso à internet de milhares de pessoas em nossa região. O compromisso de nossos governos com a ampliação do acesso deve seguir adiante, incluindo a promessa de uma conexão de qualidade. O que o Internet.org oferece não substitui nem complementa uma política pública de acesso para os não conectados.

2) Além disso, vemos com preocupação a escassa proteção dos dados pessoais dos usuários deste serviço. A plataforma Free Basics torna virtualmente impossível que um amplo grupo de pessoas possa escolher os serviços que assegurem a proteção da sua privacidade. Isto é ainda mais preocupante quando consideramos que muitas das nossas leis locais não cumprem as normas mínimas de proteção dos dados pessoais e regulação de privacidade, à luz dos instrumentos internacionais de direitos humanos.

3) Ao favorecer um pequeno grupo de serviços em detrimento de outros, o Free Basics constitui uma violação flagrante do princípio de neutralidade da rede. Embora este princípio não seja respeitado em alguns países da região, aqueles que contam com leis e regulamentações de neutralidade devem fazer com que estas sejam respeitadas.

As promessas e intenções do projeto Internet.org não deve ser um impedimento para que nossos governos cumpram seu compromisso de proteger o princípio da neutralidade e do desenvolvimento de uma internet aberta e interoperável.

4) É preocupante a ausência da sociedade civil, da comunidade técnica e de outras partes interessadas na governança da internet, na tomada de decisões sobre a implementação do Internet.org e do Free Basics nos países da região. A participação de todas as partes interessadas não deve ser limitada apenas a espaços como fóruns regionais e globais de governança da internet; esperamos que os nossos governos se comprometam a definir políticas públicas de inclusão digital em instâncias transparentes, com a participação plena e igualitária de todos os interessados.

Reiteramos também o nosso compromisso de trabalhar com políticas públicas que permitam a conexão de todos e todas, o tempo todo, a toda a internet.

Esperamos ainda que a polêmica mundial que desencadeou o surgimento do Internet.org/Free Basics sirva para que nossos governos também renovem esse compromisso.

Suscriben

Ipandetec
Derechos Digitales
APC
Sursiendo
Fundación Karisma
Colnodo
Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez
R3D - Red en Defensa de los Derechos Digitales
Fundación de Tecnologías Libres - Panamá
Fraternidad del Software Libre - Panamá
Fundación Acceso - Costa Rica
Access
Associação Software Livre.org - Brasil
Casa da Cultura Digital Porto Alegre - Brasil
Instituto Bem Estar Brasil - Brasil
Instituto Beta Para Internet e Democracia (IBIDEM) - Brasil
ARTIGO 19 - Brasil
PROTESTE - Associação de Consumidores - Brasil
Comunidad de usuarios y usuarias de software libre de Nicaragua - Nicaragua
Movimento Mega - Brasil
Cooperativa Tierra Común
Comité de América Latina y del Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM)
Asuntos del sur - América Latina
Salud Integral para la Mujer (SIPAM) - México
Asociación por los Derechos Civiles (ADC) - Argentina
Buen Conocer / FLOK Society (Ecuador)
Comunicación e Información de la Mujer (CIMAC)
Palabra Radio - México
Red Nacional de Defensoras de Derechos Humanos - México
Sulá Batsú - Costa Rica
Mujeres Construyendo - México
Agenda Social y Política para las y los jóvenes, AJUV11-21 - México
La Cima, Cultura en Derechos Humanos - México
RedEsCultura. Cultura, juventudes y derechos humanos - México
Investigación, desarrollo, educación y acciones sustentables, A. C. - IDEAS A. C.- México
Asociación civil Nodo Tau - Argentina
Asociación Civil Software Libre de Venezuela (SOLVE) - Venezuela
Conocimiento Libre para el Socialismo (COLIBRIS) - Venezuela
Asociación Conexión al Desarrollo de El Salvador (CONEXION) - El Salvador
Soledad Venegas Nava, Studio Mantis - México
SonTusDatos - México
Programa de libertad de expresión del Instituto de la Comunicación e Imagen de la Universidad de Chile
Comunicación, Intercambio y Desarrollo Humano en América Latina, A. C
OBSERVACOM